

ESTUDOS DE GÊNERO E HISTORICIDADE: Sobre a construção cultural das diferenças

Júlio Cesar Meira^(*)

Resumo

Este artigo busca refletir sobre a trajetória histórica dos Estudos de Gênero na historiografia. Parte-se da premissa de que os estudos de Gênero, surgidos como campo de estudos multidisciplinar a partir da crise das ciências sociais do final dos anos 1960, inicialmente se propunha a compor o arcabouço teórico e metodológico dos grupos feministas, com vistas a fortalecer as bandeiras de luta que percebiam no empoderamento da mulher o caminho contra a opressão das sociedades patriarcais. Com o passar do tempo, porém, os estudos de Gênero se converteram em um importante campo de investigação a respeito do exercício do poder heteronormativo, disposto a refletir sobre e, principalmente, denunciando as formas de controle e disciplinarização social que excluía ou marginalizavam não apenas as mulheres, mas também as demais minorias sexuais.

Palavras-chave: História. Estudos de Gênero. Cultura.

Abstract: This article seeks to reflect on the historical trajectory of Gender Studies in historiography. Part on the premise that studies of gender, arising as a multidisciplinary field of study from the crisis of the social sciences in the late 1960s, initially proposed to compose the theoretical and methodological framework of feminist groups, with a view to strengthening flags of struggle they perceived the empowerment of women the way against the oppression of patriarchal societies. Over time, however, studies Gender became an important field of research concerning the exercise of the heteronormative power, willing to reflect on and mainly denouncing forms of social control and disciplining that excluded or marginalized not only women, but also other sexual minorities.

Keywords: History. Gender Studies. Culture.

^(*) Doutorando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, linha de pesquisa Política e Imaginário. Professor Efetivo de História Moderna e Contemporânea na Universidade Estadual de Goiás – UEG, Câmpus Morrinhos. Email: juliohistoriador@gmail.com.

1. Introdução

Sexo' é uma palavra que faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas [...]. 'Gênero', pelo contrário, é um termo que remete à cultura: ele diz respeito à classificação social em 'masculino' e 'feminino' [...]. Deve-se admitir a invariância do sexo tanto quanto deve-se admitir a variabilidade do gênero.

Ann Oakley (apud Tilly, 1994)

Os Estudos de Gênero fazem parte de um processo de transformação no campo da história que tem ocorrido nas últimas décadas. Chartier (2002), Cannadine (2006) e Rojas (2004), cada um a seu modo, identificaram essa diversificação como situada temporalmente entre o final dos anos 1950 e começo dos anos de 1970.

Não que tivesse havido um momento em que o campo das ciências históricas desfrutasse de uma total estabilidade epistemológica. Ao longo do século XIX, período de construção e afirmação da História enquanto ciência social e humana, a própria História Política, base das variadas possibilidades epistemológicas do fazer histórico, como as chamadas Escolas Metódica e Positivista, também teve sua cota de crises e contestações, do nascente marxismo, do processo de afirmação da sociologia e antropologia enquanto campos do conhecimento a disputar a primazia de intérpretes autorizados das sociedades humanas e, nas primeiras décadas do século XX, do grupo de historiadores franceses fundadores da Escola dos Annales.

Rafal Sêga (2002), ao buscar reconstruir historicamente a trajetória epistemológica da História enquanto campo do saber, refletiu que os Annales

(...) buscaram construir uma historiografia que se constituísse uma ciência social, levando em conta fontes indiretas e muitas vezes imateriais, sem a pretensão rankeana da descrição objetiva do real. Para tais historiadores, formas de viver e culturas eram mais permanentes que meros acontecimentos particulares, ou seja, cada sociedade carrega aspectos inerentes a sua própria cultura, cabendo ao historiador investigar além da mera aparência do fenômeno social. Nesse sentido, o estudo

histórico passou a se voltar às mentalidades, à geografia, ao cotidiano, às oscilações econômicas, etc., o homem passou a ser encarado em sua totalidade, por isso muitos de seus aspectos essenciais só poderiam ser sentidos em temporalidades mais longas. (SÊGA, 2002: 192)

Essa diversificação fez surgir uma série de novas possibilidades, elegendo novos objetos, novas temáticas, novas formas de abordagem, tanto no campo teórico como no metodológico, sem, necessariamente, corresponder a uma ruptura epistemológica, tal como percebida no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, mas, certamente, evidenciando-se como uma série de cortes epistemológicos profundos e, em sua maioria, permanentes.¹

2. Das Narrativas monolíticas às vozes emergentes: Revolução Cultural e Fragmentação do Sujeito

As narrativas alternativas que surgiam e se apresentavam como contraponto à Historiografia oficial do final do século XIX e início do século XX lograram a ruptura epistemológica e se tornaram a partir da década de 1950, as vertentes hegemônicas a disputar, e abafar, as narrativas possíveis das vozes que agora, investindo contra o *mainstream*, se ofereciam enquanto alternativa. E isso em todo o vasto campo das ciências humanas e sociais. Num mundo pós Segunda Guerra Mundial, no auge da estabilidade econômica, mas fragilizado pelos conflitos da Guerra Fria, todo o conjunto de grandes narrativas, com marcos e paradigmas históricos estabelecidos, foi posto à prova.

Em primeiro lugar, num movimento de dentro para fora, os historiadores e intelectuais se voltaram para a história cultural, como a segunda e terceira geração dos Annales, ou para a história social, fruto dos *Cultural Studies* da dissidência dos marxistas ingleses. Eric Hobsbawm (1994) defendeu que as mudanças no pós-guerra foram de fato sistêmicas, e não apenas de análise; representaram uma crise motivada

¹ Os termos “Ruptura Epistemológica” e “Corte Epistemológico” são utilizados a partir da formulação de Ana Luísa Janeira (1972), para quem Ruptura Epistemológica corresponde a uma diferenciação profunda em determinado campo científico, de modo a dar origem a um novo campo do conhecimento, enquanto Corte Epistemológico corresponde a uma variação dentro de um campo científico, dando origem a novas disciplinas, mas situadas no mesmo campo do conhecimento.

pelas incertezas políticas, herança dos modelos de entre-guerras agora colocados em questão, principalmente uma crise de autoridade, política, social ou intelectual.

Em segundo lugar, o movimento de transformação pode ser visto também, e principalmente, de fora para dentro, ou seja, de grupos sociais que surgiam como tais. Novos sujeitos ou atores sociais que exigiram não apenas ter sua voz ouvida, mas que buscavam novas respostas e explicações teóricas, novas formulações epistemológicas longe das determinações dos esquemas tradicionais.

David Cannadine (2006) analisou essas mudanças como conseqüências de mudanças mais profundas na sociedade, reflexos da própria temporalidade. Segundo ele

(...) a rápida mudança social e econômica estava a minar muitas das premissas que tinham servido de base ao trabalho da mais jovem geração de historiadores. O declínio da velha classe trabalhadora industrial e a emergência de uma sociedade pós-industrial contradiziam os pressupostos teóricos do marxismo, assim como a crescente ameaça de degradação ambiental punha em questão a fé cega dos teorizadores da modernização nos benefícios do livre crescimento industrial. Novos tipos de conflitos, com base no gênero, na etnicidade, na religião ou na orientação sexual, assumiram um caráter de maior urgência, exigindo por sua vez novos tipos de explicação histórica. (CANNADINE, 2006: 23)

Num mundo em que, pela primeira vez, a maioria da população vivia em áreas urbanas, inseridos, mal ou bem, no sistema de produção capitalista, a mudança histórica no modelo de produção coincidia com outra mudança que se processava em termos culturais, causa e efeito daquela: o surgimento do individualismo. Analisando o período de efervescência dos movimentos culturais do fim da década de 1960 – movimento negro, feminismo, hippies, pacifistas, entre outros – compostos, em sua maioria, por jovens, novamente Eric Hobsbawm chamou a atenção para o fato de que eram essencialmente movimentos individualistas: “A revolução cultural de fins do século XX pode assim ser entendida como o triunfo do individualismo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais.” (HOBSBAWM, 1994: 238)

A Revolução Cultural nada mais fez do que trazer à tona os sujeitos sociais, individuais ou coletivos, frutos de uma experiência social e histórica comum, a

constituir elementos de matrizes identitárias.² Essa experiência se desdobrou, como já aludido, em variadas possibilidades de representação histórica, dentre as quais os Estudos de Gênero.

3. Do Feminismo aos Estudos de Gênero

Escrevendo em 1989³ Joan Scott atribuiu aos pioneiros movimentos feministas o uso do termo “gênero”, que viria a ser fixado como categoria e que demarcava, naqueles anos, os espaços políticos e simbólicos da luta contra a opressão masculina. Afirmava a autora que

Mais recentemente⁴ – recentemente demais para que possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais – as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. (SCOTT, 1990: 02)

Tratava-se, na verdade, de um esforço em prol do empoderamento das mulheres contra um sistema patriarcal multimilenar, que, não apenas definia os espaços e papéis sociais específicos da mulher, como atribuía comportamentos tidos como apropriados a seu sexo. Em outras palavras, o uso do termo “gênero” e a sua transformação em categoria de análise buscava, inicialmente, a construção de um espaço de debates e de afirmação e consolidação dos direitos das mulheres, e representava, na verdade, não o início, mas um passo importante numa longa trajetória de luta e militância, principalmente pelo direito ao voto, o chamado sufrágio universal, no final do século XIX nos Estados Unidos da América.

² Sobre a emergência de sujeitos sociais na historiografia, ver o livro de Eder Sader (1988). O autor está operando em uma temporalidade similar, mas com forma de abordagem, recorte geográfico e teórico diferente, porém, é útil para se perceber como a realidade se relaciona com a análise e vice versa.

³ Ano de lançamento da versão em inglês (Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.). A versão em português, utilizada neste artigo, foi publicada no Brasil já no ano seguinte, em 1990, pela revista Educação e Realidade, conforme as Referências Bibliográficas ao final do texto.

⁴ O “recentemente” da autora é utilizado por conta da reconstrução da trajetória histórica do uso do termo “gênero”, que ela vai recuperar a partir do século XVIII. Desse ponto de vista, a década de 1960 é muito recente.

Retornando a Scott, percebemos duas características que o termo gênero adquiria nos discursos dos movimentos feministas da Revolução Cultural.

Em primeiro lugar, o aspecto normatizador do gênero, uma vez que, como já dito, ao estabelecer papéis sociais de acordo com o sexo, a sociedade atribuía a esses papéis, por conseguinte ao sexo aparente, biológico, comportamentos específicos.

Em segundo lugar, o aspecto relacional do gênero, já que, ao estabelecer socialmente os papéis das mulheres e homens, o era feito a partir da perspectiva das relações de poder existentes. Tais relações de poder, existentes enquanto discursos construídos que naturalizavam a dominação social e política no campo do simbólico, operavam no real pelas regras e normatizações, inclusive no campo da legislação.⁵

Os dois aspectos, o simbólico e sua face real naturalizavam-se a partir da ideia de que as diferenças entre os sexos, logo de seus papéis sociais, eram parte da essência de cada categoria. Essa naturalização, de acordo com Chartier (1995) era a face mais cruel da violência perpetrada:

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal. (CHARTIER, 1995: 42)

A primeira questão que se coloca é a respeito desse processo de naturalização das diferenças e a forma como se constituiu, aparentemente com consentimento mútuo, o que é revelador do próprio processo, pois numa relação entre desiguais, o consentimento nunca é voluntário, ao contrário, é fruto e condição da própria dominação. Para essa questão, recorramos a Norbert Elias.

4. Norbert Elias e o surgimento da Intimidade

O trabalho seminal de Norbert Elias, *O Processo Civilizador*, data de 1939, mas demorou mais de quarenta anos para atingir a importância de que desfruta agora.

⁵ Sobre essas duas dimensões, a simbólica e a real, ver: PERROT, 1995:20.

A intenção do autor era entender o processo de construção social e político das normas e etiquetas sociais, em suma, do longo caminho percorrido de uma sociedade – no caso, a Alemanha – da barbárie à civilização.

Norbert Elias (1995) trabalha com o conceito de “curva de civilização”. Para ele, ao longo de um período de tempo razoavelmente longo, uma sociedade se consolida a partir de um processo de “diferenciação e integração” (ELIAS, 1995: 215) que só pode observado *a posteriori*, visto como parte de um processo histórico de longo prazo.

Neste sentido, concebe uma sociologia processual em que os indivíduos constroem relações entre si, formando uma sociedade que possui leis próprias, que mudam historicamente com uma regularidade – que pode ser apreendida a partir de sua elaboração de curva de civilização – em que não há sujeitos sociais (só o conjunto de indivíduos adquire status de sujeito social, portanto, um sujeito com marcas da coletividade).

O processo histórico descrito por Elias é o caminho para a civilização, a qual, em sua obra, adquire duas variantes possíveis de interpretação.

A primeira interpretação, que nos interessa apenas por conta de estabelecer sua maneira de pensar a realidade, entende a civilização como sinônimo de desenvolvimento de uma sociedade, do social e político ao econômico e cultural.

Note-se que, à época da publicação da obra, a Alemanha estava num momento de inflexão importante e Elias, sendo judeu e intelectual, ou judeu intelectual, com certeza não desconsiderava isso. Na verdade, o recorte temporal do autor abrangia um período que, iniciado na Alta Idade Média, terminava no final do século XIX, época da consolidação da nação alemã. Só há referências à sua própria época em poucos momentos da obra. Nesse sentido, depreende-se de seu texto um quê de darwinismo social, pela postulação de uma evolução social, constante e rumo a um futuro necessariamente melhor que o passado, como afirma:

O desenvolvimento social abrangente aqui estudado e apresentado numa de suas principais manifestações – a marcha da integração ao longo de vários séculos, um processo de formação de Estados

complementado por um processo de diferenciação crescente – é um processo configurado que, a despeito da oscilação de movimentos contrários, mantém, quando analisado ao longo de um extenso período de tempo, uma direção constante (ELIAS, 1995: 217).

A segunda, que é o foco de nosso interesse, percebe a civilização como sinônimo de controle emocional individual, ou, antes, de autocontrole, controle dos impulsos e pulsões primários, afetivos e sentimentais, o primado da racionalidade sobre a emoção. Nesse sentido, o homem civiliza-se quanto mais se distancia dos seus impulsos primários, num exercício de autoconsciência e distanciamento (ELIAS, 1995: 241-251).

A análise de Elias se baseia num exercício de comparação entre a sociedade alemã e a francesa, para as quais aplicava sua interpretação dos conceitos de Cultura (em alemão, *Kultur*) e Civilização (novamente em alemão, *Zivilisation*). Elias via a sociedade alemã, a despeito do seu desenvolvimento social e cultural, voltada para o passado, presa a uma valorização de sua cultura identitária.⁶

A França, por outro lado, principalmente por seu pioneirismo em consolidar precocemente um Estado Nacional, desenvolveu cedo uma sociedade de Corte, “civilizou-se”, ou seja, refinou seus costumes, controlou seus instintos básicos, a partir do duplo condicionante interno – autocontrole – e externo – condicionamento social. Civilização, portanto, é um conceito dinâmico, e é dessa forma que ele o utiliza.

De uma maneira bastante simplificadora, a civilização dos costumes tal como preconizada por Norbert Elias se baseia no surgimento da diferença entre o público e privado nas relações sociais, ou seja, um corte estabelecendo os tipos de comportamentos possíveis no espaço público e os que deveriam ficar circunscritos ao espaço da casa, da família. Desse modo, ele começa sua análise, refletindo sobre as

⁶ Cultura, para Elias, se refere aos produtos culturais que diferenciam os povos. A todo o conjunto de expressões artísticas, sociais, políticas e religiosas que se tornam característicos, que contribuem para formatar a identidade de um grupo, de uma nação. Para Elias, a forma como os alemães encaram a cultura é estática e remete ao passado, ou seja, a um processo de diferenciação e identidade que já se consolidou, que se “folclorizou”. Já Civilização, que originalmente se referia ao tipo de refinamento dos costumes e das maneiras nas cortes, principalmente a francesa, é tratada por Elias como um processo que continua a apontar para a frente, para o futuro, um caminho que ainda está sendo percorrido.

mudanças no aprendizado da sexualidade das crianças no período estudado, discorrendo sobre a mudança no papel social das prostitutas e as diferenças de percepção da sexualidade no ‘mundo dos adultos’, desde a forma como a noite de núpcias era encarada em vários momentos – da época medieval até o século XIX.

Importante, na análise de Elias, é o papel atribuído à consolidação da visão da família nuclear, a partir da ideia do casamento monogâmico, e da centralidade cada vez maior da diferenciação dos papéis sociais de cada um dos gêneros, percebida principalmente pela forma como a sociedade passou a encarar as possibilidades das relações extraconjugais para cada um dos dois gêneros.

De modo geral, ele analisa essas mudanças como um aumento do sentimento de vergonha em relação às relações sexuais. O mote dessas mudanças é o controle dos impulsos, das emoções e sentimentos, o desenvolvimento de códigos (religiosos, sociais e jurídicos) de conduta que fazem a diferença na medida em que avançamos nos graus de civilização.

À parte todas as críticas possíveis à forma como Norbert Elias entende a gradual mudança e diferenciação entre os sexos, a forma como Elias opera esse processo tende para a mecanização e naturalização, desconsiderando, em parte, as intenções e propósitos da sociedade ocidental que se urbanizava, por um lado aprofundando o processo capitalista de produção econômica, por outro, buscando a construção de um discurso científico de racionalização das questões sociais e sexuais, interessado em estabelecer uma rede de controle e disciplinarização sobre os corpos.

Aquilo que Elias entende como um processo autônomo, apesar de aludir à conformação e restrição social, outros, como Michel Foucault (2003) e Antonio Sidekun (2006), percebem como uma intencionalidade política. O caminho para a intimidade, por exemplo, que é como chama Elias a diferenciação entre comportamentos públicos e privados, é percebido por ele como o crescimento do sentimento de vergonha:

Só aos poucos, e mais tarde, é que uma associação mais forte de sexualidade com vergonha e embaraço, e a correspondente

restrição ao comportamento, se espraiava mais ou menos uniformemente por toda a sociedade (ELIAS, 1995: 179).

Esse sentimento de vergonha aparentemente está ligado a uma questão íntima e familiar, a um moldar social baseado em princípios autônomos e inconscientes de etiquetas sociais, baseadas na “necessidade de inculcar ‘recato’ (Isto é, sentimento de vergonha, medo, embaraço e culpa) ou, mais exatamente, comportamento que se conforme ao padrão social” (ELIAS, 1995: 180).

5. Autonomia do processo histórico ou intencionalidade política?

Na obra *História da Sexualidade I*, Michel Foucault observa um processo de controle e disciplinarização crescente que, grosso modo, pode ser definido em três modalidades.

A primeira delas é no campo discursivo. Com efeito, a partir do século XVIII, o filósofo percebe um crescente discurso de valorização de uma moral sexual de acordo não apenas com o pensamento burguês, mas, principalmente, religioso. O estabelecimento de um padrão de “decência” cada vez mais conservadora a impulsionar as falas e os discursos, fazendo com que, se a prática do sexo se conformasse à intimidade da família, enquanto temática a ser enquadrada, houve, nos espaços públicos,

(...) a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado. (FOUCAULT, 2003: 21)

Tal como Elias, Foucault percebeu como centralidade desses discursos a busca de um padrão que conformasse o sexo e a sexualidade a partir de uma visão de recato e de castidade. E nisso se inclui não apenas a prática do sexo em si, mas, principalmente, o controle dos pensamentos, dos desejos, das vontades.

Apesar de os discursos buscarem uma abrangência social, invariavelmente estabeleciam uma ordem entre quem tinha o poder de enunciá-los – homens, pais, médicos posteriormente – e os que sofriam mais completamente seus efeitos – mulheres, crianças, pacientes. Ou seja, os discursos de controle e disciplinarização do sexo se tornaram, efetivamente, instrumentos de poder e controle sobre os corpos e as vontades dos que, socialmente, eram considerados passíveis de tutelamento. A proteção, invocada para essa invasão, baseava-se na representação simbólica da mulher, sua elevação enquanto mãe, sua coisificação enquanto objeto sexual e sua transmutação enquanto portadora de patologias médicas e psiquiátricas. Para Foucault,

(...) a histerização das mulheres, que levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade. Foi a relação inversa que ocorreu quanto ao controle da natalidade e à psiquiatrização das perversões: neste caso, a intervenção era de natureza reguladora, mas devia apoiar-se na exigência de disciplinas e adestramentos individuais. De um modo geral, na junção entre o "corpo" e a "população", o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte. (FOUCAULT, 2003: 136/137)

A segunda modalidade, que é um desdobramento da primeira, é a constituição da heteronormatização, isto é, a instituição de regras, regulamentações e legislações baseadas no que, no campo discursivo e simbólico, já havia sido estabelecido como o “normal”. O percurso entre a produção dos discursos e a normatização é histórico, e precisamente captado por Foucault na sua descrição da emergência do modelo de família nuclear na era Vitoriana:

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. **O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa**

os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções.⁷
(FOUCAULT, 2003: 09/10)

A terceira modalidade do processo de controle e disciplinarização, tal como pensada por Foucault, é a judicialização a fazer cumprir a norma, e isso inclui a transposição para o discurso científico, manifestado nas soluções e tratamentos para os que se afastavam da heteronormatividade ou questionavam os discursos naturalizantes.

Nesse ponto de nossa narrativa, é importante deixar claro que, ao nos referir ao papel normatizador que busca estabelecer socialmente os papéis de homens e mulheres a partir de suas diferenças biológicas e, principalmente, fazendo-o a partir de uma posição de poder, não estamos falando apenas das mulheres. As discussões que os estudos de gênero introduziram, principalmente a partir da década de 1990, passaram, lentamente, a perceber que a heteronormatização, além de reprimir e estabelecer um papel de subalternidade a ser desempenhado pelas mulheres, também produziam uma homogeneização dentro das próprias categorias, deixando de perceber, ou, melhor, buscando elidir, todas as diferenças possíveis do que seria o feminino e o masculino.⁸

Como já afirmado, a produção de discursos e a sistematização da normatização atingia principalmente as mulheres, mas não exclusivamente, como mostra a forma que, historicamente, a relação da sociedade com variações de comportamentos e tendências sexuais, particularmente os homossexuais masculinos.

⁷ Negrito acrescentado.

⁸ Sobre isso, ver: Maria Izilda S. de Matos (1998) e Rafaela Cyrino (2013), disponíveis na bibliografia.

De escondidos a tolerados, passaram, ao longo do século XIX, a ser criminalizados, a partir de motivações religiosas, culturais e, sobretudo, científicas, a compor a moral social da época.

Gustavo Saggese, em dissertação de mestrado defendida no ano de 2009, esmiúça a forma como os homossexuais masculinos foram marginalizados em nome da ciência médica, tratados como portadores de patologias, desvios de comportamento, que deveriam ser reprimidos, tratados e, sendo o caso, afastados do convívio social, como forma de evitar a propagação do “mal”.

Desse modo, construídos os discursos, estabelecidas as normas e padrões de comportamentos aceitáveis, buscava-se, então as formas de repressão e tratamento, que incluíam, em muitos países, a criminalização e prisão para os culpados do crime de “pederastia” ou “inversão sexual”, a atentar contra a heteronormatividade. Leonídio Ribeiro (2010)⁹ demonstra como, até meados do século XX, nações como Inglaterra,¹⁰ Itália, Suíça, Áustria, França e Alemanha, tidas na conta de avançadas, possuíam legislações restritivas de direitos e criminalizantes contra a prática homossexual. No Brasil, o código penal de 1890, em vigor até 1940, estabelecia pena de até nove anos de prisão por “depravação moral”, igualando a prática homossexual à violência sexual, ou atentado ao pudor.

De fato, apenas agora, início da segunda década do século XXI, países como o Brasil e os EUA, além da União Europeia, discutem legislações que proíbem a discriminação por orientação sexual no mercado de trabalho,¹¹ ou analisam a sério a

⁹ Por outro lado, o médico e professor Leonídio Ribeiro (1893-1976), tratava a prática homossexual como um desvio causado por má formação endócrina, podendo, portanto, ser tratada cientificamente.

¹⁰ No ano de 1895 o escritor Oscar Wilde foi condenado, na Inglaterra, a dois anos de trabalhos forçados por ser homossexual, o que foi caracterizado pelo juiz que o condenou como “indecência grave”.

¹¹ São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a ter um projeto de lei apresentado que proibia a discriminação por gênero ou orientação sexual, proposto pelo então deputado estadual pelo PT, Renato Simões. Aprovado, se transformou na Lei n. 10.948/2001, mas que foi regulamentada apenas em 2010, alterando a Lei original para incluir o direito ao nome social de travestis, transgêneros e transexuais nas instituições públicas do estado. Apenas em 2013 nova alteração dispôs sobre a pena em razão de discriminação. Em relação às uniões homoafetivas, em 2011 o STF reconheceu a plenitude e igualdade, em relação ao casamento hetero da união estável entre homossexuais. No início de 2013 o Conselho Nacional de Justiça, baseando-se na interpretação anterior do STF, aprovou a transformação da união estável em casamento civil, pleno em seus efeitos.

igualdade das uniões homoafetivas, principalmente por conta dos direitos aos cônjuges ou descendentes.

Talvez a maior importância dos estudos de gênero resida no fato de entender as diferenças entre as pessoas como parte da complexa construção cultural de uma sociedade. E essa construção cultural como um movimento em que a questão do outro, a alteridade, é central. Pois as próprias concepções de dominação cultural residem no não reconhecimento, senão do outro, do direito do outro às diferenças, a ser “o outro”.

Nessa direção, o filósofo Antonio Sidekun, ao refletir sobre os significados possíveis do conceito de cultura, e a relação profunda entre cultura e alteridade, vai ao encontro, parcialmente, das teses de Norbert Elias a respeito da potencialidade da cultura, em todos os seus significados, de incorporar a capacidade de transformação, e elaborar tal transformação como parte de um processo civilizatório. A diferença fundamental é que, para Sidekun, esse processo nem é progressivo nem, muito menos, autônomo; pelo contrário, reveste-se da vontade, da intencionalidade e da manipulação de seus protagonistas e indutores:

(...) o processo da cultura é **a idealização e a manipulação do mundo ambiente**. Por idealização entende-se que a realidade do mundo não é mais um mero dado da natureza, mas que ele poderá ser transformado. Poderia apresentar-se diferente, assim o mesmo poderia ser compreendido como acréscimo de poder humano. Por manipulação entende-se a transformação, ou seja, a humanização do mundo seria o processo civilizatório. (SIDEKUN, 2006: 55)

Fundamental, para a compreensão do processo, é que, ao contrário da formulação de Elias, de que as partes essenciais do processo – diferenciação e integração – só podem ser percebidas após seu decurso, para Sidekun há uma intencionalidade constante em todo o processo, e não apenas em sua operacionalização. Para o filósofo a idealização é parte inerente e essencial, ou seja, a construção mental e simbólica do resultado final, decorrendo daí a utilização de todo instrumental prático, ideológico, institucional e hegemônico a lançar as bases e fomentar o processo, incorporando, a todo instante os possíveis rearranjos de rota.

O papel da idealização no processo de transformação cultural é mais claramente esmiuçado por Sidekun bem como os esforços em moldar a realidade já imaginada, no excerto abaixo:

Na ideação o ser humano imagina o mundo que poderia ser transformado completamente para sua utilidade, para seu bem na sobrevivência. **E no processo de manipulação entra a ação da mão humana que vai moldar os elementos do mundo como produto final. É o mundo como produto resultante do trabalho humano.** Porém, entre o processo meramente teórico, intelectual e a práxis transformadora existe um elemento fundamental que é o fazer, o que os gregos chamaram de técnica, a *habilitas* latina. Mas a técnica recebe um *logos*, o poder racional, de como passar-se dos elementos brutos da natureza para a manipulação e que tenha como resultado final a nova concepção do mundo em parte criado pela ideação. A técnica como a arte da habilidade recebe um poder epistêmico e sistemático, que é a tecnologia. O saber como fazer. **Este saber como fazer será um dos aspectos do ensino, que poderá passar dos pais para os filhos na família, mas será um dos aspectos centrais da educação formal. A educação será o elemento moldador principal da cultura.** Com isso, pode-se definir de forma resumida a cultura como “o conjunto de objetos e linguagens significantes que tecem e constituem a segunda natureza do ser humano. A cultura é o que o ser humano adquire ou apreende como membro da sociedade em oposição ao que herda como membro da espécie” (Parker, 2005, p. 79). Toda cultura configura, pois, um determinado sistema cultural que se desenvolve de maneira diferencial e dinamicamente na história.¹² (SIDEKUN, 2006: 55/56)

Como percebemos, Sidekun alude a três componentes essenciais do processo de transformação da realidade histórica. O primeiro, sobre o qual já nos debruçamos, é a intencionalidade, ou seja, a capacidade de se idealizar, de imaginar o cenário que se quer construir.

O segundo componente é a formulação do instrumental destinado a realizar a transformação, que Sidekun chama técnica. Esta é habilitada pela tecnologia, o “saber fazer”, que corresponde, principalmente, ao conjunto de referências culturais, no plano simbólico, destinado a erigir as representações que incidirão sobre o imaginário social, dando a aparência de naturalização ao processo. Em outras palavras, as representações construídas, política, social e culturalmente, destinam-se a compor um imaginário em que a realidade social se confunda com uma consciência

¹² Os destaques em negrito das citações foram acrescentados e são de responsabilidade do autor.

histórica autorregulada de fora para dentro, em que os seres humanos e suas instituições sejam vistos como produtos finais de um processo realmente autônomo.

O terceiro componente essencial é a forma como essa visão de realidade social se articula em um conjunto de instituições destinadas a legitimar o discurso da naturalização do processo. De modo especial, Sidekun alude à educação, mas podem-se elencar outras instituições fundamentais, como a religião e a família. Estas instituições são as formuladoras, propagadoras e legitimadoras dos valores morais e éticos, de práticas sociais assimiladas e perpetuadas, de signos, símbolos e modos de vida, de comportamentos e maneiras de pensar que determinadas visões de mundo trazem em si mesmas. Ao mesmo tempo, também operam a naturalização, de si mesmas, e de seus discursos, de suas representações oriundas dos mesmos e do imaginário resultante.

6. Considerações Finais

Entender o funcionamento da sociedade é condição *sine qua non* para a reflexão de nossa prática política, como profissionais do campo da história e como cidadãos. Para isso, entender as diferenças como parte essencial dos seres humanos é fundamental.

Os estudos de Gênero se constituem, então, numa das possibilidades enquanto instrumental de análise dessa realidade e dos sujeitos heterogêneos que a compõe ou que sofrem os efeitos de práticas sociais, culturais e políticas baseadas num ideal de sociedade que é, por princípio, excludente.

Obviamente que, como qualquer campo de análise e de reflexão intelectual, os estudos de Gênero não correspondem hoje a um campo monolítico de conhecimento, nem em relação às formulações teóricas, nem enquanto práticas sociais e políticas, nem, muito menos, da eleição dos sujeitos históricos analisados, ou sobre os quais se busca levantar bandeiras de luta. Se recebe críticas de outros campos do conhecimento ou de intelectuais de origens teóricas diferentes, também

muitos que fazem parte dos estudos de Gênero continuam a refletir criticamente a respeito das posições teóricas e políticas de grupos ou de formas de apropriação de conceitos e categorias consagradas.

A destacar como importante é a própria trajetória dos estudos de Gênero, que reflete o dinamismo de uma categoria em construção. Se começou como parte do movimento feminista, ampliou-se para incluir todas as minorias com base na ideia da heterogeneidade das possibilidades sexuais e de gênero, tendo como premissa a noção das construções históricas e culturais sobrepondo-se ao biológico. Desse ponto de vista, a heteronormatividade não é algo definido pela natureza humana, nem é determinado pelo ‘criador’: somos seres culturais e estabelecemos relações de poder que são políticas. Se nem tudo é político, como alertou René Rémond, as relações que se estabelecem entre o sujeito e a sociedade em que vive, que são derivadas e, ao mesmo tempo, constituidoras do imaginário social e de suas representações, são sempre relações políticas.

As práticas sociais derivadas das representações em constante mudança no universo cultural e político atestam as transformações constantes nos conceitos de cidadania e democracia. E a emergência de novas formas de organização social e de novas vozes é o maior sintoma.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

CANNADINE, David. *Que é a História hoje?* Lisboa: Gradiva, 2006.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

_____. Diferenças Entre os Sexos e Dominação Simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu* (4) 1995: p. 37-47.

CYRINO, Rafaela. A Categorização do Masculino e do Feminino e a Ideia de Determinismo Cultural: uma crítica epistemológica aos usos normativos do gênero. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em:

- <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/site/anaiscomplementares>.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Volume I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.
- FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, 18ª ed. São Paulo: Graal, 2003.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- JANEIRA, Ana Luísa. Ruptura Epistemológica, Corte Epistemológico e Ciência. *Revista Análises Sociais*, Ano 9, Nº 35-36 (1972). Portugal, p. 629 a 643.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu* (11) 1998: p.67-75.
- PERROT, M. Escrever uma História das Mulheres: Relato de uma experiência. *Cadernos Pagu* (4) 1995: p. 9-28.
- RÉMOND, René. O Retorno do Político. In: *Questões Para a História do Presente*. Bauru: EDUSC, 1998.
- RIBEIRO, Leonídio. Ciência, Homossexualismo e Endocrinologia. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Vol.13, no. 3 São Paulo, Setembro de 2010.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *La historiografía en el siglo XX: historia e historiadores entre 1848 y ¿2025?* Barcelona: Ediciones de Intercención Cultural/Montesinos, 2004.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2ª edição.
- SAGGESE, Gustavo Santa Roza. *Quando o armário é aberto: visibilidade e estratégias de manipulação no coming out de homens homossexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. 16(2). Porto Alegre: jul./dez. 1990.
- SÊGA, Rafael. História e política. *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba, Editora UFPR, nº 37, 2002.
- SIDEKUN, Antonio. Cultura e Alteridade. In: TREVISAN, A. L. & TOMAZETTI, E. M. (orgs.). *Cultura e Alteridade: Confluências*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2006.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu* (3) 1994: p. 29-62.